

Nome do Cargo	Coordenação-Geral de Avaliação <i>In Loco</i>
Nível do Cargo	FCE 1.13
Órgão de Atuação	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Requisitos Legais	- Decreto nº 10.829, de 5 de outubro 2021 - Decreto nº 11.204, de 21 de setembro de 2022, alterado pelo Decreto 12.158/2024.
DAS RESPONSABILIDADES	
Principais Responsabilidades	I. planejar, coordenar, operacionalizar e avaliar as ações voltadas à avaliação <i>in loco</i> de instituições de educação superior e cursos de graduação, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes, articulando-se com o Conselho Nacional de Educação - CNE, as secretarias competentes do MEC e a Conferência Nacional de Educação - Conae; II. planejar, coordenar, operacionalizar e avaliar as ações voltadas à avaliação <i>in loco</i> das escolas de governo e do Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do Mercosul - Arcu-Sul, articulando-se com os órgãos competentes do MEC; III. conceber, planejar, coordenar e operacionalizar ações relativas aos bancos de avaliadores do Sinaes Banco de Avaliadores do Sinaes - BASis, das escolas de governo e do Sistema Arcu-Sul Banco Internacional de Pares Evaluadores - Bipe; IV. fomentar a construção e atualização dos indicadores dos instrumentos de avaliação <i>in loco</i> da educação superior em articulação com o CNE, as secretarias competentes do MEC e a Conaes; V. realizar as ações de formação de avaliadores institucionais e de cursos do Sinaes e de escolas de governo; VI. regulamentar normas e procedimentos da avaliação <i>in loco</i> ; VII. propor, elaborar e realizar avaliações internacionais no âmbito do ArcuSul no território nacional; VIII. planejar, coordenar e realizar cooperação técnica em articulação com governos, instituições públicas e privadas de outros países, organizações não governamentais e organismos internacionais; IX. definir e orientar a elaboração de documentos, atos normativos e orientadores pertinentes à avaliação <i>in loco</i> ; X. assegurar o atendimento às demandas da comunidade acadêmica e da sociedade em geral relativas à avaliação <i>in loco</i> ; XI. representar o Inep na Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação; XII. representar a Diretoria em fóruns de discussão sobre a avaliações <i>in loco</i> ; XIII. zelar pelo cumprimento da legislação da avaliação da educação superior.
Critérios Gerais	- Ter idoneidade moral e reputação ilibada; - Possuir perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e - Não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.
Critérios específicos Atender, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos, conforme estabelecido no art. 18 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro 2021:	
Formação e Experiência	- Possuir experiência profissional de, no mínimo, quatro anos em atividades correlatas às áreas de atuação ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função; - Ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na Administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, quatro anos; - Possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou - Ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Economia, com carga horária mínima de cento e vinte horas.
Competências	- Pensamento crítico; - Comunicação assertiva; - Orientação para resultados; - Capacidade de processamento de informações e produção de conteúdo; - Compartilhamento de informações e conhecimentos, ressalvados aqueles sobre os quais incide hipótese legal de restrição de acesso. - Visão sistêmica; - Capacidade de articulação interna e externa; - Liderança de equipes e - Gestão de pessoas.